

INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Kátia Severina Alves dos Santos*

Fernanda Ribeiro**

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

RESUMO

A finalidade deste estudo é proporcionar e fundamentar os estudos sobre deficiência mental e sobre a inclusão escolar do indivíduo portador de necessidades especiais e os obstáculos impostos principalmente pela criança no ambiente escolar. Nesse estudo, deficiência mental e pedagogia desenvolvem seus conceitos educativos, proporcionando a educação escolar às pessoas com déficit intelectual. Neste artigo reportaremos as investigações que buscam soluções teóricas ou técnicas metodológicas apropriadas para que os indivíduos tenham oportunidade de ser incluídos na vida escolar.

Palavras-chave: Deficiência Mental. Educação Inclusiva. Vida Escolar.

1 INTRODUÇÃO

Para começar precisamos elaborar uma definição para o que chamamos de Deficiência Mental, para então, discutirmos e abordamos as reais necessidades do indivíduo com déficit intelectual e os desafios enfrentados pela pedagogia, onde muitos fatores externos e internos podem influenciar na adaptação intelectual do aluno na escola. Esse enfoque não é uma tarefa fácil, pois coloca professores e sua capacitação para enfrentar essa situação, principalmente no Ensino Fundamental. Nossa abordagem principal terá como consideração especial o fator inclusão, que se aplica na realidade escolar. Será também constatado que o termo “deficiente” teve suas variações através do tempo, que o denominaram com variedades de nomes, como, por exemplo: Portador de Deficiência, Portador

de Necessidades Especiais, ou Pessoa Portadora de Deficiência.

2 CONCEITUANDO DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Sabemos que jamais houve ou haverá um termo exato que defina corretamente e seja válido e definitivo em todos os tempos e espaços e épocas que ele esteja presente.

A última revisão da definição de deficiência mental, bastante recente, propõe que se abandonem os graus de comprometimento intelectual, pela graduação de medidas de apoio necessárias às pessoas com déficit cognitivo e destaca o processo interativo entre as limitações funcionais próprias dos indivíduos e as possibilidades adaptativas que lhes são disponíveis em seus ambientes de vida. [...]. A

* Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia – UNIASSELVI

** Tutora Externa do Curso de Licenciatura em Pedagogia, Polo Porto Alegre – RS

identificação dos perfis de apoio começa a levar em conta não apenas os tipos e a intensidade de tais apoios, mas os meios pelos quais a pessoa pode aumentar sua independência, produtividade e integração no contexto comunitário e entre seus pares da mesma idade. (SASSAKI, 2003, p. 12).

Observamos que, conforme a época, os termos e os significados se compatibilizam com os valores da época em cada sociedade, independente se evolui ou não em seu relacionamento entre pessoas que possuem qualquer tipo de deficiência. Muitos termos são utilizados para se fazer referências aos que fogem da normalidade. “A questão da nomeação, ou seja, dos termos e expressões para denominar uma pessoa em desvantagem intelectual [...], reporta aos mecanismos de limitação de sua integração social e a qualidade de vida dessas pessoas”. (GIL, 1996, p. 117).

Os conceitos evoluem conforme a interação entre os hábitos de vida das pessoas e os obstáculos enfrentados por elas, que são impostos pelo meio em que vivem, estendendo-se o espaço das escolas. Esses obstáculos são observados no ponto de vista cognitivo, assim como o meio físico e arquitetônico das escolas, que não foram planejadas para abraçar e acolher os alunos com deficiência seja ela qual for (SASSAKI, 2003).

3 INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A maioria das escolas não está preparada para o ensino-aprendizagem de alunos portadores de necessidades especiais, entre elas a deficiência mental que não se integra às normais. Um dos fatores de inclusão que mais se afastam da realidade atual, estamos falando do preconceito dos indivíduos, que se expressam claramente nas intervenções educativas, que não apresentam nenhum modelo educativo efetivo que ignorem as características do funcionamento das pessoas que apresentam

deficiência intelectual não considerando se o meio em que ela está sendo inserida está apto para acolhê-la. (SASSAKI, 2003).

Como já mencionamos os avanços conceituais que orientavam a educação para os portadores de deficiência avançaram e juntamente com novos princípios, princípios esses exigidos por normas regulamentadoras que buscam interagir as relações sociais desses indivíduos. Isso nós devemos às pesquisas realizadas sobre a aprendizagem e a deficiência mental e as práticas pedagógicas que se adaptem e integrem os portadores com déficit mental.

Os conteúdos são contemplados conforme a faixa etária do deficiente. Referente à comunicação escrita, que se constitui um tipo de conhecimento básico, que adquire significados distintos adequados à idade dos aprendizes, portanto, aprender a ler e a escrever para um adolescente com deficiência para uma criança normal, ou mais nova, não são situações iguais, a não ser que haja um retrocesso no transmitir do conhecimento e ao domínio das técnicas.

Moysés e Collares (1997) afirmam: “[...] que, na escola, um espaço pleno de preconceitos, os professores lidam com as crianças que imaginam e não com as crianças reais. Essa criança imaginária, no caso do aluno com deficiência mental, é incapaz de fazer o que os demais alunos fazem”. É depositado nesses indivíduos expectativas que correspondam, ou seja, iguais as das pessoas normais de sua idade, sendo a escola um lugar comum desse pensamento, isto é de um meio cognitivo que não está voltado para eles e também muitas vezes, nem mesmo para seus colegas, sem deficiências. Quando essa situação persiste traz fracasso escolar e conseqüentemente atinge a imagem social e a autoestima dos educandos, mas principalmente para aqueles que apresentam déficit intelectual.

Para que isso não aconteça é necessário que os estudos pedagógicos empenhem-se no sentido de proporcionar a autonomia

das pessoas com deficiência mental, onde se supõem que sejam usadas habilidades intelectuais alternativas, ou seja, atitudes que são compatíveis com a capacidade intelectual de cada indivíduo, em cada momento e de diante um determinado conteúdo (BROWN, 1979).

Contextualizando os fatos em se tratando de selecionar habilidades intelectuais entre elas a que são comuns às que as pessoas que buscam empregar e ajustar os indivíduos com déficit intelectual aos desafios da vida acadêmica, social, do trabalho e do lazer. Mas, o que realmente importa é valorizar todo e qualquer nível de aprendizagem e desempenho cognitivo considerando que tal processo pelo qual a habilidade é exercida é para atingir um determinado fim.

Ao se imaginar os inúmeros obstáculos encontrados pelos indivíduos com incapacidades motoras, onde tudo é feito para que as pessoas andem, nos dá a noção exata da extensão dos problemas de uma pessoa com deficiência mental no meio escolar tradicional. Por isso se busca incansavelmente a revisão dos processos de produção de incapacidades intelectuais nas escolas priorizando, a localização dos obstáculos que criam situações de inadaptação na vida acadêmica dos alunos em geral. Buscam-se hoje novas técnicas de ensino que propiciam uma dinâmica mais adaptada a ambientes escolares e às características específicas para o funcionamento mental das pessoas com deficiência, isso proporcionaria para que esses ultrapassem os obstáculos do meio cognitivo (FEUERSTEIN, 1979).

Devemos considerar que o uso de habilidades intelectuais alternativas são oriundas do desenvolvimento e da eficiência cognitiva das pessoas com deficiência mental. As técnicas utilizadas para estimular essa eficiência têm por base à teoria da modificabilidade estrutural de Feuerstein (1979), que utilizou essa expressão para denominar a modificação permanente que se apresenta no indivíduo, quando este

participa de experiências de aprendizagem com um mediador. Podemos traduzir como comum o modo diferente de apreender, dar um significado diferente à realidade, estruturando-a interagindo com ela. Isso é de relevância especial para que as pessoas com deficiência mental possam desempenhar e cumprir papéis sociais, integrando-se, na medida de suas possibilidades, e com o meio em que vivem.

Adoção de medidas importantes vem ocorrendo para integrar sem discriminação os alunos com deficiência, no meio escolar, sendo que em outros tempos se achava como a melhor maneira de atender às necessidades dos alunos incapacitados, isto é, separá-los do resto da sociedade em turmas escolares e em instituições especializadas, se transformou em uma solução ultrapassada. Certos países que optaram para a fusão do ensino especial e regular vão ainda além, quando afirmam que a unificação dos sistemas atende às necessidades de todos os alunos, sem e com deficiência (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Podemos pensar dessa forma quanto à formação de professores para a educação de pessoas com deficiências. A especialização do professor para atender às necessidades de todos os alunos e não apenas de alguns deles, os especiais, deveria ser a meta da capacitação profissional em todos os níveis de formação (MANTOAN, 1987).

Willian afirma que não basta reconhecer que existem pessoas com necessidades especiais e que elas têm direitos de ter acesso à escola. É necessário que sejam aceitas e que a escola se modifique que busque caminhos para responder às necessidades educativas de todos os alunos. Questiona-se, porém, como elas vêm sendo aceitas na comunidade escolar. Foi buscando conhecer como são percebidas e aceitas no contexto escolar, que desenvolvemos uma investigação. Em relação à forma como os professores procedem com os alunos inclusos, eles enfocaram em suas respostas os vários tipos de alunos que apresentam deficiências e dificuldades

de aprendizagem. (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 184).

Conforme dados do documento preliminar sobre as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos, considera-se a existência de pelo menos três tendências sobre o modo de pensar e praticar o processo de inclusão, nos sistemas educacionais, que diferem em natureza, princípios e formas de concretização: A inclusão condicional; A inclusão total ou radical; A Inclusão responsável.

Podemos mencionar que na inclusão responsável, o desafio enfrentado é muito maior que qualquer outro, como uma nova forma de repensar e reestruturar e reavaliar as políticas e estratégias educativas, de maneira a criar oportunidades de fato ao acesso ao mundo escolar para crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, mas, sobretudo, garantir condições indispensáveis para que possam manter-se na escola e aprender (CARVALHO, 2004).

4 A INSERÇÃO VIRTUAL DO ALUNO COM DÉFICIT INTELECTUAL

Observamos outro, porém, que podemos citar como um item agravante quando se fala de inclusão, citamos aqui a inserção de indivíduos com déficit intelectual no mundo virtual, dizendo ser impossível, quando não lhes permitimos desenvolver os instrumentos necessários e cabíveis para que se adaptem às condições ambientais, visando que essas condições ambientais mudam constantemente. Podemos citar como boa adaptação utilizar as aquisições intelectuais dos mesmos em diversas situações que apresentam características parecidas. Pesquisas sobre a proporção genética das organizações cognitivas desses indivíduos têm trazido algumas contribuições importantes para as informações do funcionamento mental de aprendizes, perante situações de resolução de obstáculos. (INHELDER; CÉLLERIER, 1992).

Deve-se principalmente observar e dar atenção a todas as referências quando se trata de definir ou nomear as possibilidades ou limitações do aluno que apresentam deficiência intelectual, seja ela de conceito prático ou social, e que interferem de modo substancial na aprendizagem nos afazeres pedagógicos e de determinadas habilidades da vida diária, já no contexto familiar, escolar e social, e quanto mais cedo for detectado os sinais de deficiência intelectual, maiores serão as possibilidades de o indivíduo receber auxílio e apoio necessários para a sua emancipação social. Pois para promover uma aprendizagem e desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual, requer um trabalho dinâmico e sistematizado com diferentes estratégias e adequações de materiais, conforme os limites apresentados por cada indivíduo.

Não importa o grau de deficiência, o importante é incentivar e estimular o máximo a autonomia, mas para isso conforme o estudo aqui apresentado quando se trata de inclusão virtual esses indivíduos são colocados em situações problemáticas para aprender, isso pode piorar o desequilíbrio cognitivo e emocional, gerando conflitos, esses sujeitos embora inclusos tenham dificuldade para tomar uma decisão ou simplesmente não conseguirão fazê-la. Essa tomada de decisão jamais será consciente, pois suas limitações para o mundo virtual é mais complexo e pode gerar outros problemas que de fato afetarão sua capacidade intelectual própria de cada um.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento desse estudo, ficaram evidentes as dificuldades enfrentadas pelos portadores de necessidades especiais, sendo o indivíduo portador de deficiência intelectual, os que mais enfrentam dificuldades de se inserir no ambiente escolar e na vida social, pois o déficit intelectual dificulta as aprendizagens e a aquisição de novos saberes, isso também é influenciado pela faixa etária e o grau de dificuldade do

indivíduo. Essa situação nos remete ao fator de inclusão tão almejado pelo sistema educacional e pelo meio social, calcados nas legislações vigentes que garantem a inclusão de qualquer criança portadora ou não na rede de ensino. Essa inclusão deve obedecer aos paradigmas educacionais que apontam propostas para prover o meio escolar de condições favoráveis ao desenvolvimento da autonomia de alunos com deficiência mental.

Porém, devemos nos ater a estudos funcionais que promovem conhecimentos específicos sobre a atividade mental do sujeito psicológico, aplicados ao comportamento intelectual da pessoa com deficiência mental. Para tanto, observa que para o termo inclusão para portadores de necessidades especiais principalmente os indivíduos com déficit intelectual é mais complexo, pois essa inclusão tem por objetivo inserir e aprimorar para a capacitação profissional.

REFERÊNCIAS

BROWN, L.. **Uma estratégia de desenvolvimento idade cronológica, adequada e funcional curricular para adolescentes e adolescentes severamente deficientes e jovens adultos**. O Jornal da Educação Especial. 1979.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FEUERSTEIN, R. **Enriquecimento instrumental**: um programa de intervenção para modificabilidade cognitiva. Baltimore: Park Press, 1979.

GIL, A. M. V. P.A “Nomeação” quando o limite de inteligência está em questão. **Revista Interações**, v. 1, n. 2, jul./dez., 1996.

INHELDER, B.; CELLÉRIER, G. **O desenrolar das descobertas da criança**: um estudo sobre as microgêneses cognitivas. Trad.: GRUMAN, E. Porto Alegre: Artes Médicas. 1992.

MANTOAN, M. T. E. **Educação de deficientes mentais**: O itinerário de uma experiência. Campinas: Unicamp/Faculdade de Educação, 1987.

MANTOAN, M. T. E.; BATISTA, Cristina Abranches Mota. **Atendimento educacional especializado em deficiência mental**. Deficiência mental. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MOYSES, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. **Inteligência abstraída, crianças silenciadas**: as Avaliações de Inteligência. Psicologia USP, São Paulo, v.8, n.1,1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-5641997000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 maio 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

_____. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**. In: SASSAKI, R.K. Vida independente: História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003.

_____. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**: Vida independente; História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

